

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI [●]/2026

ANEXO 14

CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BARRAGENS PEDREIRA E DUAS PONTES E DE UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA, E A OPERACIONALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

Sumário:

MODELO 1 – CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA PARA USUÁRIO	3
MODELO 2 – CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA PARA OPERADOR DE SANEAMENTO	15
APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	27

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

MODELO 1 – CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA PARA USUÁRIO

Pelo presente instrumento, de um lado,

[●], pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de [●], Estado de [●], na Rua [●], inscrita no CNPJ sob o nº [●], neste ato representada por [●], portador do documento de identidade RG nº [●], expedido pelo [●], inscrito no CPF sob o nº [●], doravante denominado **CONCESSIONÁRIA**;

e, de outro lado,

[●], pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de [●], Estado de [●], na Rua [●], inscrita no CNPJ sob o nº [●], neste ato representada por [●], portador do documento de identidade RG nº [●], expedido pelo [●], inscrito no CPF sob o nº [●], doravante denominado **USUÁRIO**;

quando em conjunto denominadas PARTES, e, como intervenientes-anuentes,

O Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº [●], com sede [●], São Paulo/SP, neste ato representada pelo [●], [●], portador do RG nº [●] e CPF nº [●] ("**ESTADO**");

A Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-ÁGUAS, inscrita no CNPJ sob o nº [●], com sede na Rua Boa Vista, 170, Centro Histórico de São Paulo, São Paulo/SP, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, [●], portador do RG nº [●] e CPF nº [●] ("**SP ÁGUAS**");

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a CONCESSIONÁRIA celebrou com o ESTADO, com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo ("**ARSESP**") e da SP ÁGUAS, o Contrato de Concessão Administrativa nº [●], com data de [●] (o "**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), referente à implantação, operação e manutenção do Sistema Adutor Regional PCJ, à operação e manutenção das Barragens Pedreira e Duas Pontes e de Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia e ao fornecimento de água bruta (o "**Projeto**");
- (ii) o artigo 68, incisos I e II, da Lei Complementar nº 1.413/2024, estabeleceu que a SP ÁGUAS é competente para promover, controlar, fiscalizar e regular as outorgas do direito de uso de recursos hídricos, bem como o cadastro de seus usuários, inclusive nas hipóteses de dispensa, e para promover a segurança hídrica no território do Estado de São Paulo, fiscalizando e regulando as atividades para tanto necessárias, inclusive o controle de cheias, e prestando apoio técnico, quando couber, aos Municípios;
- (iii) a SP ÁGUAS outorgou à CONCESSIONÁRIA, por meio da Outorga nº [●], as vazões adicionais correspondentes à implantação, operação e manutenção do Sistema Adutor Regional PCJ e das Barragens Pedreira e Duas Pontes, cabendo à CONCESSIONÁRIA operacionalizar, junto aos usuários de recursos hídricos, o fornecimento de água bruta até o limite das vazões outorgadas, atendidos os parâmetros regulados pela SP ÁGUAS;
- (iv) o USUÁRIO requereu à CONCESSIONÁRIA a captação de água bruta, no limite das vazões que lhe foram outorgadas pela SP ÁGUAS, conforme volumes definidos de comum acordo e em atendimento aos parâmetros regulados pela SP ÁGUAS;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- (v) o USUÁRIO apresentou à CONCESSIONÁRIA os documentos indicados em normativa da SP ÁGUAS para fins de avaliação de viabilidade do fornecimento de água;
- (vi) pela operacionalização do fornecimento de água, a CONCESSIONÁRIA cobrará dos USUÁRIOS o valor (R\$/m³) definido em CONTRATO, o qual será arrecadado ao ESTADO;

as PARTES celebram o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO (doravante designado “CONTRATO”), o qual figurará como anexo ao CONTRATO DE CONCESSÃO, com vistas a regular o fornecimento de água bruta pela CONCESSIONÁRIA ao USUÁRIO, regendo-se pela legislação pertinente e, especificamente, pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste CONTRATO, serão adotadas as seguintes definições:

- a) BANCO DEPOSITÁRIO: instituição financeira contratada pelo ESTADO e pela CONCESSIONÁRIA, autorizada a prestar os serviços de custódia dos recursos arrecadados no âmbito deste CONTRATOS DE FORNECIMENTO, depositados na CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA.
- b) CONCESSÃO: concessão administrativa para a implantação, operação e manutenção do Sistema Adutor Regional PCJ, da operação e manutenção das Barragens Pedreira e Duas Pontes e de Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia e do fornecimento de água bruta, a qual será regida pela Lei Federal nº 11.079/2004, durante o prazo estabelecido no CONTRATO DE CONCESSÃO.
- c) CONCESSIONÁRIA: sociedade de propósito específico constituída pelo adjudicatário vencedor da Concorrência nº [●] para execução dos serviços objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- d) CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA: conta bancária de titularidade do ESTADO, de movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO, identificada sob o nº [●].
- e) CONTRATO DE CONCESSÃO: contrato de concessão administrativa celebrado entre o Estado de São Paulo e a CONCESSIONÁRIA, com interveniência e anuência da ARSESP e da SP ÁGUAS, tendo por objeto regular a CONCESSÃO.
- f) DATA-BASE: [●]/[●].
- g) FORNECIMENTO: disponibilização de água pela CONCESSIONÁRIA, para captação e adução pelo USUÁRIO, até os limites dos volumes previstos neste CONTRATO DE FORNECIMENTO.
- h) VOLUME MENSAL DEMANDADO: volume mensal de água a ser disponibilizado pela CONCESSIONÁRIA para captação e adução pelo USUÁRIO, indicado na Cláusula 5.2.

2. DA INTERPRETAÇÃO

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 2.1.** A interpretação deste CONTRATO e seu conteúdo deve ser compreendida de acordo com o CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 2.2.** Em caso de divergência entre normas previstas na legislação e no CONTRATO DE CONCESSÃO, prevalecerá o seguinte:
- a) em primeiro lugar, prevalecerão as disposições constantes das legislações e regulamentos aplicáveis à CONCESSÃO e sobre os recursos hídricos no Estado de São Paulo, exceto as normas legais dispositivas de direito privado;
 - b) em segundo lugar, prevalecerão as disposições constantes do CONTRATO DE CONCESSÃO e seus respectivos anexos, sendo que as disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO prevalecerão sobre as de seus anexos;
 - c) em terceiro lugar, as disposições constantes do CONTRATO DE FORNECIMENTO.
- 2.3.** As dúvidas surgidas na aplicação deste CONTRATO, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela SP ÁGUAS, respeitada a legislação pertinente.

3. DO OBJETO

- 3.1.** Este CONTRATO tem por objeto regular o FORNECIMENTO de água bruta pela CONCESSIONÁRIA ao USUÁRIO, dispondo, entre outros, sobre o tratamento dos seguintes temas:
- a) Volumes de água bruta a serem fornecidas pela CONCESSIONÁRIA;
 - b) Locais de captação de água pelo USUÁRIO;
 - c) Localização dos macromedidores eletrônicos de vazão e fiscalização pela CONCESSIONÁRIA; e
 - d) Preços e condições de pagamento dos volumes de água fornecidos pela CONCESSIONÁRIA.

4. DA VIGÊNCIA

- 4.1.** Este CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo mesmo prazo do CONTRATO DE CONCESSÃO, sendo automaticamente prorrogado no caso de prorrogação e automaticamente extinto em caso de extinção antecipada daquele contrato, salvo acordo por escrito em sentido contrário.

5. DO FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA PELA CONCESSIONÁRIA

- 5.1.** Compete à CONCESSIONÁRIA disponibilizar ao USUÁRIO o volume de água bruta anual de [●] m³/ano, conforme pontos de captação indicados a seguir:

Usuário	Ponto de Captação
---------	-------------------

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [•]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

[•]	[•]
-----	-----

- 5.2.** O volume de água bruta anual será fornecido conforme os **VOLUMES MENSAIS DEMANDADOS** abaixo, cuja somatória reflete o volume anual total indicado na Cláusula 5.1:

Mês	Volume (m³)
Janeiro	[•]
Fevereiro	[•]
Março	[•]
Abril	[•]
Maio	[•]
Junho	[•]
Julho	[•]
Agosto	[•]
Setembro	[•]
Outubro	[•]
Novembro	[•]
Dezembro	[•]

- 5.3.** O **USUÁRIO** será responsável pela captação e adução da água bruta até os limites indicados nas Cláusulas 5.1 e 5.2, por meio de utilização de infraestrutura própria ou de terceiros.
- 5.3.1. O início da captação e adução de água bruta pelo **USUÁRIO** está condicionado à instalação dos macromedidores pela **CONCESSIONÁRIA**, na forma da Cláusula 7.2.2.
- 5.4.** A **CONCESSIONÁRIA** não se responsabilizará por falhas, erros, danos ou prejuízos causados ao **USUÁRIO** ou a terceiros no âmbito das atividades de captação e adução de água bruta, nos termos da Cláusula 5.2.
- 5.5.** Em até 10 (dez) dias após a assinatura deste **CONTRATO**, cada **PARTE** indicará formalmente um preposto devidamente habilitado, integrante dos seus quadros profissionais, que será responsável por toda a comunicação com a outra **PARTE**.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

6. DO PREÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA

- 6.1.** Pelo FORNECIMENTO de água bruta, o USUÁRIO pagará ao ESTADO os valores de R\$/m³ (reais por metro cúbico) de água previstos no APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, os quais vigorarão desde a celebração deste CONTRATO até o seu primeiro reajuste, a ser implementado nos termos desta Cláusula 6ª.
- 6.2.** O USUÁRIO deverá pagar, mensalmente, o valor equivalente ao VOLUME MENSAL DEMANDADO indicado na Cláusula 5.2, independentemente do volume efetivamente captado.
- 6.3.** O pagamento deverá ser realizado na CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA.
- 6.4.** A CONCESSIONÁRIA realizará a medição do volume captado por meio dos macromedidores instalados nos pontos de captação fixados na Cláusula 5.1, e emitirá, mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao mês de referência da cobrança, a fatura relativa ao volume de água disponibilizado, acompanhada do relatório de medição.
- 6.5.** O USUÁRIO poderá contratar junto à CONCESSIONÁRIA a prestação de outros serviços, os quais serão cobrados junto com a fatura do preço cobrado pelo FORNECIMENTO de água bruta.
- 6.6.** Além do pagamento dos PREÇOS PÚBLICOS, o USUÁRIO deverá remunerar a CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, conforme previstos no APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES.
- 6.7.** Os valores em R\$/m³ (reais por metro cúbico) de água e os valores dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES previstos no APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses, da forma abaixo:
 - 6.7.1.** O primeiro reajuste dos PREÇOS PÚBLICOS e dos valores dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES será realizado com 2 (dois) meses de antecedência da data do primeiro reajuste da contraprestação pública estabelecido no CONTRATO DE CONCESSÃO, e compreenderá a variação do IPCA/IBGE calculada desde a DATA-BASE.
 - 6.7.2.** Os reajustes subsequentes ao primeiro reajuste serão feitos a cada período de 12 (doze) meses contados do primeiro reajuste.

7. DA INSTALAÇÃO DE MACROMEDIDORES

- 7.1.** A CONCESSIONÁRIA será responsável pela aquisição, instalação, calibragem, manutenção e aferição periódica dos macromedidores eletrônicos de vazão de água a serem instalados nos pontos de captação.
- 7.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá instalar os macromedidores em até [●] ([●]) dias contados da celebração deste CONTRATO.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 7.2.1. A SP ÁGUAS poderá autorizar a prorrogação do prazo mencionado na Cláusula 7.2, desde que haja motivo justificado.
- 7.2.2. O início da captação pelo USUÁRIO depende da instalação dos macromedidores pela CONCESSIONÁRIA.
- 7.2.3. Excepcionalmente, durante o prazo de prorrogação referido na Cláusula 7.2 e até a instalação do macromedidor correspondente, a CONCESSIONÁRIA autorizará o início da captação pelo USUÁRIO, sendo a medição de vazão realizada por meio de medidor de vazão portátil.
- 7.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá fiscalizar o prazo de vida útil dos macromedidores em operação, procedente às substituições periódicas que se fizerem necessárias, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e seus anexos.
 - 7.3.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.3, o USUÁRIO terá livre acesso para acompanhar, aferir e verificar o estado de funcionamento dos macromedidores e dos demais equipamentos utilizados na aferição dos volumes de água fornecidos, podendo solicitar, justificadamente, que a CONCESSIONÁRIA realize, às suas expensas, os consertos, manutenções, calibrações e substituições que se fizerem necessários.
 - 7.3.2. Havendo conflito quanto à solicitação a que se refere a Cláusula 7.3.1, as PARTES poderão: (i) notificar a SP ÁGUAS para dirimir a controvérsia administrativamente, devendo a SP ÁGUAS, neste caso, decidir sobre a controvérsia no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, ou (ii) recorrer ao foro indicado na Cláusula 14.
 - 7.3.3. Na hipótese da Cláusula 7.3.2, “i”, caso a SP ÁGUAS não decida no prazo de 30 (trinta) dias, ou deixe de informar, justificadamente, a necessidade de prorrogação do referido prazo, por uma única vez e por igual período, o direito à manifestação da SP ÁGUAS precluirá, podendo as PARTES recorrerem ao foro indicado na Cláusula 14, caso desejem.
- 7.4.** As manutenções, substituições ou calibrações dos macromedidores que acarretarem interrupção na vazão de água deverão ser informadas pela CONCESSIONÁRIA ao USUÁRIO com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- 7.5.** O USUÁRIO garantirá o acesso por parte da CONCESSIONÁRIA aos locais de instalação dos macromedidores, para fins de aferição, calibragem e manutenção.
- 7.6.** Sem prejuízo dos macromedidores eletrônicos de vazão a serem adquiridos e instalados pela CONCESSIONÁRIA, referidos na Cláusula 7.1, o USUÁRIO poderá instalar medidores próprios nos pontos de captação.
 - 7.6.1. Ocorrendo algum defeito nos macromedidores eletrônicos de vazão a serem adquiridos e instalados pela CONCESSIONÁRIA, que impeça a apuração real do consumo, este será estabelecido com base na medição efetuada pelo USUÁRIO, caso este os tenha instalado, conforme a Cláusula 7.6.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 7.6.2. Na hipótese da Cláusula 7.6.1, caso haja apenas medidor instalado pelo USUÁRIO, este poderá ser usado para fins de apuração do consumo mensal.
- 7.6.3. Ocorrendo diferenças de até 5% (cinco por cento) entre as aferições realizadas por meio dos medidores instalados pela CONCESSIONÁRIA e pelo USUÁRIO, o consumo mensal será estabelecido com base no maior volume apurado entre as leituras.
- 7.6.4. Ocorrendo diferenças de mais de 5% (cinco por cento) entre as aferições realizadas por meio dos medidores instalados pela CONCESSIONÁRIA e pelo USUÁRIO, aplicar-se-á o seguinte: (i) será considerado o menor consumo mensal apurado entre as leituras; e (ii) a divergência será solucionada pela SP ÁGUAS.
- 7.6.5. A aplicabilidade das disposições previstas nas Cláusulas 7.6.3 e 7.6.4 ficará condicionada à comprovação, pelo USUÁRIO, de que os macromedidores de vazão por ele instalados se encontram no prazo de vida útil, tendo realizado as manutenções, substituições e calibrações necessárias, nos termos das especificações técnicas dos equipamentos.

8. DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

8.1. São os principais direitos do USUÁRIO:

- 8.1.1. Captar, aduzir e reservar a água bruta até os limites estabelecidos neste CONTRATO;
- 8.1.2. Entrar em contato com a CONCESSIONÁRIA por meio de Ouvidoria, para o registro de problemas operacionais, devendo a reclamação apresentada ser convenientemente registrada e numerada em formulário próprio, permitindo o acompanhamento de sua demanda;
- 8.1.3. Ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
- 8.1.4. Ser notificado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, quanto à realização de manutenções, substituições ou calibrações dos macromedidores que acarretarem interrupção na vazão de água;
- 8.1.5. Instalar o próprio macromedidor para medição do consumo no ponto de captação.

8.2. São os principais deveres do USUÁRIO:

- 8.2.1. Permitir o livre acesso de prepostos da CONCESSIONÁRIA, desde que devidamente identificados, para fins de leitura dos macromedidores e realização de inspeções;
- 8.2.2. Pagar o PREÇO DE FORNECIMENTO e os valores relativos aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES realizados, até a data de vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de atraso;
- 8.2.3. Não realizar intervenções, manipular ou violar os macromedidores;
- 8.2.4. Solicitar a revisão do volume de água bruta a ser fornecido, em caso de aumento da demanda de água bruta;
- 8.2.5. Sujeitar-se à regulação e fiscalização da SP ÁGUAS sobre o uso de recursos hídricos;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 8.2.6. Responsabilizar-se, perante a SP ÁGUAS, por falhas, erros, danos e prejuízos causados durante a captação de água bruta, nos termos da regulação aplicável aos recursos hídricos no Estado de São Paulo.

9. DA REVISÃO DO VOLUME DE ÁGUA BRUTA A SER FORNECIDO

- 9.1.** O USUÁRIO poderá pleitear a revisão do VOLUME MENSAL DEMANDADO a qualquer momento, devendo, para tanto, apresentar à CONCESSIONÁRIA, com cópia para a SP ÁGUAS e para o ESTADO, manifestação por escrito, acompanhada dos subsídios necessários para demonstrar o aumento da demanda de água bruta.
- 9.1.1. A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da formalização da solicitação apresentada pelo USUÁRIO, para avaliar a disponibilidade do volume pleiteado dentro dos limites de vazões a ela outorgados, bem como pelo atendimento às diretrizes de alocação de vazões regulamentadas pela SP ÁGUAS, devendo apresentar a sua avaliação para a SP ÁGUAS, com cópia ao USUÁRIO e ao ESTADO.
- 9.1.2. A SP ÁGUAS terá o prazo de [●] ([●]) dias, contados do recebimento da avaliação da CONCESSIONÁRIA, para decidir quanto à solicitação de revisão do volume de água bruta pelo USUÁRIO.
- 9.1.3. Os prazos previstos nas Cláusulas 9.1 e 9.1.2 poderão ser prorrogados uma única vez e por igual período, mediante justificativa, podendo ser interrompida a contagem do prazo caso seja necessário solicitar adequação e complementação da instrução do pleito.
- 9.1.4. Em caso de aprovação do pleito de revisão pela SP ÁGUAS, as PARTES celebrarão termo aditivo ao presente CONTRATO.
- 9.2.** O VOLUME MENSAL DEMANDADO poderá ser revisto extraordinariamente pelo USUÁRIO, na hipótese de concretização de situação emergencial ou de calamidade pública que impacte temporariamente a demanda local por recursos hídricos.
- 9.2.1. Na hipótese de que trata a Cláusula 9.2, o USUÁRIO deverá apresentar requerimento justificado à SP ÁGUAS, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, indicando a revisão pleiteada e a estimativa de duração da situação emergencial ou de calamidade pública.
- 9.2.2. Caberá à SP ÁGUAS decidir quanto à revisão extraordinária do VOLUME MENSAL DEMANDADO, em até 15 (quinze) dias contados do pedido de revisão extraordinária pelo USUÁRIO.
- 9.2.3. A aprovação da revisão extraordinária do VOLUME MENSAL DEMANDADO pela SP ÁGUAS eximirá o USUÁRIO da aplicação das penalidades de que trata a Cláusula 13.1, itens a) e b) enquanto perdurar a situação emergencial ou de calamidade pública que ensejou a revisão extraordinária.
- 9.3.** Sem prejuízo da solicitação de revisão do VOLUME MENSAL DEMANDADO de que tratam as Cláusulas 9.1 e 9.2, os volumes a serem fornecidos pela CONCESSIONÁRIA estarão sujeitos à regulação da SP ÁGUAS, podendo sofrer revisão em situações excepcionais, notadamente nas

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

hipóteses de declaração de situação de escassez hídrica e outras situações emergenciais devidamente reconhecidas pela SP ÁGUAS, nos termos da legislação aplicável.

- 9.3.1. Na hipótese de que trata a Cláusula 9.3, o USUÁRIO pagará o PREÇO DE FORNECIMENTO correspondente ao volume efetivamente disponibilizado pela CONCESSIONÁRIA.

10. DA REGULAÇÃO

- 10.1.** As atividades de que trata este CONTRATO serão reguladas e fiscalizadas pela SP ÁGUAS, que o assina na qualidade de interveniente-anuente.
- 10.2.** O FORNECIMENTO de água bruta de que trata este CONTRATO estará sujeito à regulação dos recursos hídricos no Estado de São Paulo, nos termos da legislação aplicável.

11. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 11.1.** O presente CONTRATO será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:
- 11.1.1. Quando da expiração do seu prazo de vigência, ressalvada a hipótese da Cláusula 11.4;
- 11.1.2. Mediante solicitação do USUÁRIO, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência;
- 11.1.3. Na hipótese de revogação ou não renovação da outorga de direito de uso de recursos hídricos expedida pela SP ÁGUAS à CONCESSIONÁRIA.
- 11.2.** É vedada a rescisão administrativa unilateral do presente CONTRATO.
- 11.3.** Remanescerão as responsabilidades das PARTES em relação a atos ou fatos originados durante a vigência do CONTRATO.
- 11.4.** Quando da extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO, extinguem-se os direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA em relação a este CONTRATO, podendo o ESTADO sub-rogar-se nos referidos direitos e obrigações.

12. DA SUCESSÃO DA CONCESSIONÁRIA

- 12.1.** Caso, por qualquer motivo e em qualquer momento, durante a vigência do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deixe de ser a prestadora dos serviços objeto da CONCESSÃO, o ESTADO compromete-se a fazer com que a sucessora da CONCESSIONÁRIA na referida prestação, seja de que natureza for, assuma os direitos e obrigações previstas neste instrumento, sub-rogando-o integralmente.

13. INFRAÇÕES E PENALIDADES

- 13.1.** Constitui infração passível de aplicação das penalidades abaixo, no âmbito do presente CONTRATO, a prática pelo USUÁRIO das seguintes condutas:

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- a) Captar água bruta em volume que supere 10% (dez por cento) do VOLUME MENSAL DEMANDADO, por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou em 5 (cinco) meses não consecutivos no período de 12 (doze) meses: [●]% ([●] por cento) do valor da soma das faturas dos últimos 12 (doze) meses;
 - b) Captar água bruta em volume superior ao volume anual indicado na Cláusula 5.1: [●]% ([●] por cento) do valor da soma das faturas dos últimos 12 (doze) meses;
 - c) Não pagar tempestivamente a fatura enviada pela CONCESSIONÁRIA: [●]% ([●] por cento) do valor da fatura, por dia de atraso do pagamento, sem prejuízo da atualização monetária dos valores pelo índice IPCA;
 - d) Impedir o acesso da SP ÁGUAS e/ou da CONCESSIONÁRIA às informações, dependências, instalações e insumos do USUÁRIO: [●]% ([●] por cento) do valor da fatura referente ao mês da ocorrência da infração;
 - e) Impedir o acesso ou a instalação, troca ou manutenção dos macromedidores, a realização de leitura e/ou inspeção por funcionários da CONCESSIONÁRIA, após comunicação prévia: [●]% ([●] por cento) do valor da fatura referente ao mês da ocorrência da infração;
 - f) Violar, manipular ou retirar os macromedidores instalados pela CONCESSIONÁRIA: [●]% ([●] por cento) do valor da fatura referente ao mês da ocorrência da infração;
- 13.2.** A aplicação de multas ao USUÁRIO não o isenta do dever de ressarcir os danos diretos eventualmente causados, nem o eximirá da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.
- 13.3.** Identificada qualquer situação que possa ser caracterizada como infração por parte do USUÁRIO, a CONCESSIONÁRIA deverá lavrar auto de infração.
- 13.3.1. O auto de infração deverá: (i) identificar com precisão a tipificação da infração cometida pelo USUÁRIO; (ii) apontar a penalidade aplicável ao USUÁRIO; e (iii) ser entregue ao USUÁRIO, mediante notificação encaminhada com protocolo de recebimento.
 - 13.3.2. No prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação referida na Cláusula 13.3, o USUÁRIO poderá apresentar defesa, o qual será: (i) recebido pela CONCESSIONÁRIA, com efeito suspensivo; e (ii) decidido de forma motivada e fundamentada pela CONCESSIONÁRIA, apontando-se os elementos acatados ou não da defesa prévia apresentada pelo USUÁRIO.
 - 13.3.3. Mantido o auto de infração, o USUÁRIO será notificado para realizar o seu pagamento junto com a fatura imediatamente subsequente do PREÇO DE FORNECIMENTO.
 - 13.3.4. O não pagamento de qualquer multa fixada nos termos do disposto nesta Cláusula, no prazo estabelecido, implicará a incidência de correção monetária, pela variação do IPCA, ou índice que venha a substituí-lo, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês pro rata die, sem prejuízo de outras consequências previstas neste CONTRATO.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 13.4.** A intimação dos atos e decisões a que se referem as cláusulas acima será feita mediante comunicação escrita às PARTES.
- 13.5.** Poderão ser apuradas em um mesmo processo duas ou mais infrações similares ou decorrentes de um mesmo fato gerador, sendo aplicáveis, neste caso, penalidades individualizadas, para cada uma das infrações, ou uma única penalidade, quando se tratar de infrações continuadas.
- 13.6.** As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão à SP ÁGUAS.
- 13.7.** Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Cláusula, o USUÁRIO deverá ressarcir a CONCESSIONÁRIA por todos os prejuízos decorrentes da aplicação de penalidades impostas pela SP ÁGUAS.
- 13.7.1.** A aplicação, pela SP ÁGUAS, das penalidades de intervenção administrativa ou de embargo definitivo à CONCESSIONÁRIA, nos termos da Portaria nº 4.905, de 09 de setembro de 2019 ou de norma que venha a substituí-la, quando decorrentes de condutas praticadas pelo USUÁRIO, produzirá efeitos no presente CONTRATO DE FORNECIMENTO.

14. DO FORO

- 14.1.** É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO, o foro da Comarca São Paulo, Estado de São Paulo excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15. INTEVENIÊNCIA-ANUÊNCIA

- 15.1.** A SP ÁGUAS, na qualidade de interveniente-anuente declara, neste ato, ter pleno e integral conhecimento quanto ao conteúdo que diz respeito à regulação e à fiscalização do presente instrumento, com relação aos quais declaram não ter qualquer ressalva ou reserva, manifestando sua anuência.
- 15.2.** O ESTADO, na qualidade de interveniente-anuente declara, neste ato, ter pleno e integral conhecimento do conteúdo do presente instrumento, com relação aos quais declara não ter qualquer ressalva ou reserva, manifestando sua anuência.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1.** Aplicam-se a este CONTRATO, subsidiariamente, todas as disposições contidas no CONTRATO DE CONCESSÃO, do qual é anexo.

E, por estarem de acordo, as PARTES e INTERVENIENTES assinam o presente CONTRATO em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

[local], [●] de [●] de [●]

[Assinaturas]

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

MODELO 2 – CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA PARA OPERADOR DE SANEAMENTO

Pelo presente instrumento, de um lado,

[●], pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de [●], Estado de [●], na Rua [●], inscrita no CNPJ sob o nº [●], neste ato representada por [●], portador do documento de identidade RG nº [●], expedido pelo [●], inscrito no CPF sob o nº [●], doravante denominado **CONCESSIONÁRIA**;

e, de outro lado,

[●], pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de [●], Estado de [●], na Rua [●], inscrita no CNPJ sob o nº [●], neste ato representada por [●], portador do documento de identidade RG nº [●], expedido pelo [●], inscrito no CPF sob o nº [●], doravante denominado **OPERADOR**;

quando em conjunto denominadas PARTES, e, como intervenientes-anuentes,

O Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº [●], com sede [●], São Paulo/SP, neste ato representada pelo [●], [●], portador do RG nº [●] e CPF nº [●] ("**ESTADO**");

A Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-ÁGUAS, inscrita no CNPJ sob o nº [●], com sede na Rua Boa Vista, 170, Centro Histórico de São Paulo, São Paulo/SP, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, [●], portador do RG nº [●] e CPF nº [●] ("**SP ÁGUAS**");

CONSIDERANDO QUE:

- (i) a CONCESSIONÁRIA celebrou com o ESTADO, com interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo ("**ARSESP**") e da SP ÁGUAS, o Contrato de Concessão Administrativa nº [●], com data de [●] (o "**CONTRATO DE CONCESSÃO**"), referente à implantação, operação e manutenção do Sistema Adutor Regional PCJ, à operação e manutenção das Barragens Pedreira e Duas Pontes e de Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia e ao fornecimento de água bruta (o "**Projeto**");
- (ii) o artigo 68, incisos I e II, da Lei Complementar nº 1.413/2024, estabeleceu que a SP ÁGUAS é competente para promover, controlar, fiscalizar e regular as outorgas do direito de uso de recursos hídricos, bem como o cadastro de seus usuários, inclusive nas hipóteses de dispensa, e para promover a segurança hídrica no território do Estado de São Paulo, fiscalizando e regulando as atividades para tanto necessárias, inclusive o controle de cheias, e prestando apoio técnico, quando couber, aos Municípios;
- (iii) a SP ÁGUAS outorgou à CONCESSIONÁRIA, por meio da Outorga nº [●], as vazões adicionais correspondentes às implantação, operação e manutenção do Sistema Adutor Regional PCJ e das Barragens Pedreira e Duas Pontes, cabendo à CONCESSIONÁRIA acordar com os usuários de recursos hídricos o fornecimento de água bruta até o limite das vazões outorgadas, atendidos os parâmetros regulados pela SP ÁGUAS;
- (iv) o SAR-PCJ, operado pela CONCESSIONÁRIA, é formado por três tramos responsáveis pela adução de água para atender à demanda dos OPERADORES DE SANEAMENTO;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- (v) o Tramo [●] aduzirá água para o [●], visando atender à demanda do OPERADOR para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água em seu território;
- (vi) pelo fornecimento de água, a CONCESSIONÁRIA cobrará do OPERADOR o valor (R\$/m³) definido em CONTRATO, o qual será arrecadado ao ESTADO;

as PARTES celebram o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO (doravante designado “CONTRATO”), o qual figurará como anexo ao CONTRATO DE CONCESSÃO, com vistas a regular o fornecimento de água bruta pela CONCESSIONÁRIA ao OPERADOR, regendo-se pela legislação pertinente e, especificamente, pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste CONTRATO, serão adotadas as seguintes definições:

- a) BANCO DEPOSITÁRIO: instituição financeira contratada pelo ESTADO e pela CONCESSIONÁRIA, autorizada a prestar os serviços de custódia dos recursos arrecadados no âmbito deste CONTRATOS DE FORNECIMENTO, depositados na CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA.
- b) CONCESSÃO: concessão administrativa para a implantação, operação e manutenção do Sistema Adutor Regional PCJ, da operação e manutenção das Barragens Pedreira e Duas Pontes e de Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia e do fornecimento de água bruta, a qual será regida pela Lei Federal nº 11.079/2004, durante o prazo estabelecido no CONTRATO DE CONCESSÃO.
- c) CONCESSIONÁRIA: sociedade de propósito específico constituída pelo adjudicatário vencedor da Concorrência nº [●] para execução dos serviços objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- d) CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA: conta bancária de titularidade do ESTADO, de movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO, identificada sob o nº [●].
- e) CONTRATO DE CONCESSÃO: contrato de concessão administrativa celebrado entre o Estado de São Paulo e a CONCESSIONÁRIA, com interveniência e anuência da ARSESP e da SP ÁGUAS, tendo por objeto regular a CONCESSÃO.
- f) DATA-BASE: [●]/[●].
- i) FORNECIMENTO: adução de água pela CONCESSIONÁRIA, por meio do tramo [●], até os limites dos volumes previstos neste CONTRATO DE FORNECIMENTO.
- j) VOLUME MENSAL DEMANDADO: volume mensal de água a ser fornecida pela CONCESSIONÁRIA por meio do Tramo [●], indicado na Cláusula 5.2.

2. DA INTERPRETAÇÃO

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 2.1.** A interpretação deste CONTRATO e seu conteúdo deve ser compreendida de acordo com o CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 2.2.** Em caso de divergência entre normas previstas na legislação e no CONTRATO DE CONCESSÃO, prevalecerá o seguinte:
- a) em primeiro lugar, prevalecerão as disposições constantes da legislação e regulação aplicável à CONCESSÃO e sobre os recursos hídricos no Estado de São Paulo, exceto as normas legais dispositivas de direito privado;
 - b) em segundo lugar, prevalecerão as disposições constantes do CONTRATO DE CONCESSÃO e seus respectivos anexos, sendo que as disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO prevalecerão sobre as de seus anexos;
 - c) em terceiro lugar, as disposições constantes do CONTRATO DE FORNECIMENTO.
- 2.3.** As dúvidas surgidas na aplicação deste CONTRATO, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela SP ÁGUAS, respeitada a legislação pertinente.

3. DO OBJETO

- 3.1.** Este CONTRATO tem por objeto regular o FORNECIMENTO de água bruta pela CONCESSIONÁRIA ao OPERADOR, dispondo, entre outros, sobre o tratamento dos seguintes temas:
- a) Volumes de água bruta a serem fornecidas pela CONCESSIONÁRIA;
 - b) Locais de entrega do FORNECIMENTO de água pela CONCESSIONÁRIA;
 - c) Localização dos macromedidores eletrônicos de vazão e fiscalização pela CONCESSIONÁRIA; e
 - d) Preços e condições de pagamento dos volumes de água fornecidos pela CONCESSIONÁRIA.

4. DA VIGÊNCIA

- 4.1.** Este CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo mesmo prazo do CONTRATO DE CONCESSÃO, sendo automaticamente prorrogado no caso de prorrogação e automaticamente extinto em caso de extinção antecipada daquele contrato, salvo acordo por escrito em sentido contrário.

5. DO FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA PELA CONCESSIONÁRIA

- 5.1.** Compete à CONCESSIONÁRIA fornecer ao OPERADOR o volume de água bruta anual de [●] m³/ano, conforme pontos de entrega indicados a seguir:

OPERADOR	Ponto de Entrega
----------	------------------

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [•]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

[•]	[•]
-----	-----

- 5.2.** O volume de água bruta anual será fornecido conforme os **VOLUMES MENSAIS DEMANDADOS** abaixo, cuja somatória reflete o volume anual total indicado na Cláusula 5.1:

Mês	Volume (m³)
Janeiro	[•]
Fevereiro	[•]
Março	[•]
Abril	[•]
Maio	[•]
Junho	[•]
Julho	[•]
Agosto	[•]
Setembro	[•]
Outubro	[•]
Novembro	[•]
Dezembro	[•]

- 5.3.** A CONCESSIONÁRIA será responsável pela adução da água bruta até os limites indicados nas Cláusulas 5.1 e 5.2, por meio do Tramo [•] do SAR-PCJ.
- 5.4.** O OPERADOR não será responsável por falhas, erros, danos ou prejuízos causados a si ou a terceiros no âmbito das atividades de adução de água bruta pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 5.2.
- 5.5.** Em até 10 (dez) dias após a assinatura deste CONTRATO, cada PARTE indicará formalmente um preposto devidamente habilitado, integrante dos seus quadros profissionais, que será responsável por toda a comunicação com a outra PARTE.

6. DO PREÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 6.1.** Pelo FORNECIMENTO de água bruta, o OPERADOR pagará ao ESTADO os valores de R\$/m³ (reais por metro cúbico) de água previstos no APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, os quais vigorarão desde a celebração deste CONTRATO até o seu primeiro reajuste, a ser implementado nos termos desta Cláusula 6ª.
- 6.1.1.** O OPERADOR deverá pagar, mensalmente, o valor equivalente ao volume efetivamente fornecido pela CONCESSIONÁRIA, conforme estrutura de cobrança prevista no APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES.
- 6.2.** O pagamento deverá ser realizado na CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA.
- 6.3.** A CONCESSIONÁRIA realizará a medição do volume fornecido nos macromedidores instalados nos pontos de captação fixados na Cláusula 5.1, e emitirá, mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao mês de referência da cobrança, a fatura relativa ao volume de água fornecido, acompanhada do relatório de medição.
- 6.4.** O OPERADOR poderá contratar junto à CONCESSIONÁRIA a prestação de outros serviços, os quais serão cobrados junto com a fatura do preço cobrado pelo FORNECIMENTO de água bruta.
- 6.5.** Além do pagamento dos PREÇOS PÚBLICOS, o OPERADOR deverá remunerar a CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, conforme previstos no APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES.
- 6.6.** Os valores em R\$/m³ (reais por metro cúbico) de água e os valores dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES previstos no APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses, da forma abaixo:
- 6.6.1.** O primeiro reajuste dos PREÇOS PÚBLICOS e dos valores dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES será realizado com 2 (dois) meses de antecedência da data do primeiro reajuste da contraprestação pública estabelecido no CONTRATO DE CONCESSÃO, e compreenderá a variação do IPCA/IBGE calculada desde a DATA-BASE.
- 6.6.2.** Os reajustes subsequentes ao primeiro reajuste serão feitos a cada período de 12 (doze) meses contados do primeiro reajuste.

7. DO INCENTIVO À REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA

- 7.1.** O PREÇO DE FORNECIMENTO devido pelo USUÁRIO poderá sofrer redução conforme o atingimento dos índices de perdas físicas de água previstas na Portaria MCID nº 788, de 1º de agosto de 2024, pelo USUÁRIO, durante a realização das atividades que compõem o serviço públicos de abastecimento de água potável, da forma abaixo:

IN049 (%)	IN051 (litros/ligação/dia)	Impacto no Preço de Fornecimento
[●]	[●]	[●]

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

[●]	[●]	[●]
[●]	[●]	[●]

8. DA INSTALAÇÃO DE MACROMEDIDORES

- 8.1.** A CONCESSIONÁRIA é responsável pela calibragem, manutenção e aferição periódica dos macromedidores eletrônicos de vazão de água instalados nos pontos de entrega.
- 8.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá fiscalizar o prazo de vida útil dos macromedidores em operação, procedente às substituições periódicas que se fizerem necessárias, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e seus anexos.
- 8.2.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.2, o OPERADOR terá livre acesso para acompanhar, aferir e verificar o estado de funcionamento dos macromedidores e dos demais equipamentos utilizados na aferição dos volumes de água fornecidos, podendo solicitar, justificadamente, que a CONCESSIONÁRIA realize, às suas expensas, os consertos, manutenções, calibrações e substituições que se fizerem necessários.
- 8.2.2. Havendo conflito quanto à solicitação a que se refere a Cláusula 8.2.1, as PARTES poderão: (i) notificar a SP ÁGUAS para dirimir a controvérsia administrativamente, devendo a SP ÁGUAS, neste caso, decidir sobre a controvérsia no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação, ou (ii) recorrer ao foro indicado na Cláusula 16.
- 8.2.3. Na hipótese da Cláusula 8.2.2, “i”, caso a SP ÁGUAS não decida no prazo de 30 (trinta) dias, não informando, justificadamente, a necessidade de prorrogação do referido prazo, o direito à manifestação da SP ÁGUAS precluirá, podendo as PARTES recorrerem ao foro indicado na Cláusula 16, caso desejem.
- 8.3.** As manutenções, substituições ou calibrações dos macromedidores que acarretarem interrupção na vazão de água deverão ser informadas pela CONCESSIONÁRIA ao OPERADOR com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- 8.4.** O OPERADOR garantirá o acesso por parte da CONCESSIONÁRIA aos locais de instalação dos macromedidores, para fins de aferição, calibragem e manutenção.
- 8.5.** Sem prejuízo dos macromedidores eletrônicos de vazão a serem adquiridos e instalados pela CONCESSIONÁRIA, referidos na Cláusula 7.1, o OPERADOR poderá instalar medidores próprios nos pontos de captação.
- 8.5.1. Ocorrendo algum defeito nos macromedidores eletrônicos de vazão a serem adquiridos e instalados pela CONCESSIONÁRIA, que impeça a apuração real do consumo, este será estabelecido com base na medição efetuada pelo OPERADOR, caso este os tenha instalado, conforme a Cláusula 8.5.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 8.5.2. Na hipótese da Cláusula 8.5.1, caso haja apenas medidor instalado pelo OPERADOR, este poderá ser usado para fins de apuração do consumo mensal.
- 8.5.3. Ocorrendo diferenças de até 5% (cinco por cento) entre as aferições realizadas por meio dos medidores instalados pela CONCESSIONÁRIA e pelo OPERADOR, o consumo mensal será estabelecido com base no maior volume apurado entre as leituras.
- 8.5.4. Ocorrendo diferenças de mais de 5% (cinco por cento) entre as aferições realizadas por meio dos medidores instalados pela CONCESSIONÁRIA e pelo OPERADOR, aplicar-se-á o seguinte: (i) será considerado o menor consumo mensal apurado entre as leituras; e (ii) a divergência será solucionada pela SP ÁGUAS.
- 8.5.5. A aplicabilidade das disposições previstas nas Cláusulas 8.5.3 e 8.5.4 ficará condicionada à comprovação, pelo OPERADOR, de que os macromedidores de vazão por ele instalados se encontram no prazo de vida útil, tendo a referida companhia realizado as manutenções, substituições e calibrações necessárias, nos termos das especificações técnicas dos equipamentos.

9. DIREITOS E DEVERES DO OPERADOR

9.1. São os principais direitos do OPERADOR:

- 9.1.1. Receber água bruta no ponto de entrega nos termos estabelecidos neste CONTRATO;
- 9.1.2. Entrar em contato com a CONCESSIONÁRIA por meio de Ouvidoria, para o registro de problemas operacionais, devendo a reclamação apresentada ser convenientemente registrada e numerada em formulário próprio, permitindo o acompanhamento de sua demanda;
- 9.1.3. Ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas; Ser notificado, com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas, a respeito de interrupções programadas do FORNECIMENTO de água;
- 9.1.4. Instalar o próprio macromedidor para medição do consumo no ponto de captação.

9.2. São os principais deveres do OPERADOR:

- 9.2.1. Permitir o livre acesso de prepostos da CONCESSIONÁRIA, desde que devidamente identificados, para fins de leitura dos macromedidores e realização de inspeções;
- 9.2.2. Pagar o PREÇO DE FORNECIMENTO e os valores relativos aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES realizados, até a data de vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de atraso;
- 9.2.3. Não realizar intervenções, manipular ou violar os macromedidores;
- 9.2.4. Solicitar a revisão do volume de água bruta a ser fornecido, em caso de aumento da demanda de água bruta;
- 9.2.5. Sujeitar-se à regulação e fiscalização da SP ÁGUAS sobre o uso de recursos hídricos.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

10. DIREITOS E DEVERES DA CONCESSIONÁRIA

10.1. São os principais direitos da CONCESSIONÁRIA:

- 10.1.1. Ter livre acesso às instalações do OPERADOR no ponto de entrega, para fins de leitura dos macromedidores e realização de inspeções;
- 10.1.2. Medir, emitir fatura e cobrar, do OPERADOR, o PREÇO DE FORNECIMENTO e os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, nos termos deste CONTRATO;
- 10.1.3. Interromper o FORNECIMENTO de água em caso de manutenção programadas ou em situações de emergência.

10.2. São os principais deveres da CONCESSIONÁRIA:

- 10.2.1. Aduzir água, por meio do Tramo [●], até o ponto de entrega, nos termos e condições previstos neste CONTRATO;
- 10.2.2. Responder às reclamações recebidas por meio de Ouvidoria, em até 48 (quarenta e oito) horas;
- 10.2.3. Informar, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
- 10.2.4. Notificar, com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas, a respeito de interrupções programadas do FORNECIMENTO de água;
- 10.2.5. Sujeitar-se à regulação e fiscalização da SP ÁGUAS sobre o uso de recursos hídricos.

11. DA REVISÃO DO VOLUME DE ÁGUA BRUTA A SER FORNECIDO

11.1. O OPERADOR poderá pleitear a revisão do VOLUME MENSAL DEMANDADO a qualquer momento, devendo, para tanto, apresentar à CONCESSIONÁRIA, com cópia para a SP ÁGUAS e para o ESTADO, manifestação por escrito, acompanhada dos subsídios necessários para demonstrar o aumento da demanda de água bruta.

- 11.1.1. A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da formalização da solicitação apresentada pelo OPERADOR, para avaliar a disponibilidade do volume pleiteado dentro da capacidade física do Tramo [●], bem como pelo atendimento às diretrizes de alocação de vazões regulamentadas pela SP ÁGUAS, devendo notificar a SP ÁGUAS, com cópia ao OPERADOR e ao ESTADO.
- 11.1.2. A SP ÁGUAS terá o prazo de [●] ([●]) dias, contados do recebimento da manifestação da CONCESSIONÁRIA, para decidir quanto à solicitação de revisão do VOLUME MENSAL DEMANDADO pelo OPERADOR.
- 11.1.3. Os prazos previstos nas Cláusulas 11.1 e 11.1.2 poderão ser prorrogados, mediante justificativa, podendo ser interrompida a contagem do prazo caso seja necessário solicitar adequação e complementação da instrução do pleito.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 11.1.4. Em caso de aprovação do pleito de revisão pela SP ÁGUAS, as PARTES celebrarão termo aditivo ao presente CONTRATO.
- 11.2.** O VOLUME MENSAL DEMANDADO poderá ser revisto extraordinariamente pelo OPERADOR, na hipótese de concretização de situação emergencial ou de calamidade pública que impacte temporariamente a demanda local por recursos hídricos, observado o limite da capacidade física do Tramo [●].
- 11.2.1. Na hipótese de que trata a Cláusula 11.2, o OPERADOR deverá apresentar requerimento justificado à SP ÁGUAS, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, indicando a revisão pleiteada e a estimativa de duração da situação emergencial ou de calamidade pública.
- 11.2.2. Caberá à SP ÁGUAS decidir quanto à revisão extraordinária dos volumes, em até 15 (quinze) dias contados do pedido de revisão extraordinária pelo OPERADOR.
- 11.3.** Caso o OPERADOR possua demanda por volume de água bruta superior à capacidade física do Tramo [●], deverá encaminhar manifestação à CONCESSIONÁRIA, com cópia para a SP ÁGUAS e para o ESTADO, acompanhada dos documentos comprobatórios da demanda adicional.
- 11.3.1. O atendimento à demanda adicional de que trata a Cláusula 11.3 dependerá da viabilidade técnica e econômico-financeira de incluir a execução de obras complementares para aumento da capacidade do Tramo [●] no CONTRATO DE CONCESSÃO, mediante reequilíbrio econômico-financeiro.
- 11.4.** Sem prejuízo da solicitação de revisão do VOLUME MENSAL DEMANDADO de que tratam as Cláusulas 9.1 a 11.3, os volumes a serem fornecidos pela CONCESSIONÁRIA estarão sujeitos à regulação da SP ÁGUAS, podendo sofrer revisão em situações excepcionais, notadamente nas hipóteses de declaração de situação de escassez hídrica e outras situações emergenciais devidamente reconhecidas pela SP ÁGUAS, nos termos da legislação aplicável.
- 11.5.** Sem prejuízo da Cláusula 11.4, a CONCESSIONÁRIA não poderá ser penalizada quando as condições hidrológicas não permitirem o FORNECIMENTO dos VOLUMES MENSAIS DEMANDADOS.

12. DA REGULAÇÃO

- 12.1.** As atividades de que trata este CONTRATO serão reguladas e fiscalizadas pela SP ÁGUAS, que o assina na qualidade de interveniente-anuente.
- 12.2.** O FORNECIMENTO de água bruta de que trata este CONTRATO estará sujeito à regulação dos recursos hídricos no Estado de São Paulo, nos termos da legislação aplicável.

13. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 13.1.** O presente CONTRATO será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:
- 13.1.1. Quando da expiração do seu prazo de vigência, ressalvada a hipótese da Cláusula 13.4;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 13.1.2. Mediante solicitação do OPERADOR, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência;
- 13.1.3. Na hipótese de revogação ou não renovação da outorga de direito de uso de recursos hídricos expedida pela SP ÁGUAS à CONCESSIONÁRIA.
- 13.2. É vedada a rescisão administrativa unilateral do presente CONTRATO.
- 13.3. Remanescerão as responsabilidades das PARTES em relação a atos ou fatos originados durante a vigência do CONTRATO.
- 13.4. Quando da extinção do CONTRATO DE CONCESSÃO, extinguem-se os direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA em relação a este CONTRATO, podendo o ESTADO sub-rogar-se nos referidos direitos e obrigações.

14. DA SUCESSÃO DA CONCESSIONÁRIA

- 14.1. Caso, por qualquer motivo e em qualquer momento, durante a vigência do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deixe de ser a prestadora dos serviços objeto da CONCESSÃO, o ESTADO compromete-se a fazer com que a sucessora da CONCESSIONÁRIA na referida prestação, seja de que natureza for, assuma os direitos e obrigações previstas neste instrumento, sub-rogando-o integralmente.

15. INFRAÇÕES E PENALIDADES

- 15.1. Constitui infração passível de aplicação das penalidades abaixo, no âmbito do presente CONTRATO, a prática pelo OPERADOR das seguintes condutas:
 - a) Não pagar tempestivamente a fatura enviada pela CONCESSIONÁRIA: [●] ([●]) do valor da fatura, por dia de atraso do pagamento, sem prejuízo da atualização monetária dos valores pelo índice IPCA;
 - b) Impedir o acesso da SP ÁGUAS e/ou da CONCESSIONÁRIA às informações, dependências, instalações e insumos do OPERADOR associadas ao FORNECIMENTO de água bruta: [●] ([●]) do valor da fatura referente ao mês da ocorrência da infração;
 - c) Impedir o acesso ou a instalação, troca ou manutenção dos macromedidores, a realização de leitura e/ou inspeção por funcionários da CONCESSIONÁRIA, após comunicação prévia: [●] ([●]) do valor da fatura referente ao mês da ocorrência da infração;
 - d) Violar, manipular ou retirar os macromedidores instalados pela CONCESSIONÁRIA: [●] ([●]) do valor da fatura referente ao mês da ocorrência da infração;
- 15.2. A aplicação de multas ao OPERADOR não o isenta do dever de ressarcir os danos diretos eventualmente causados, nem o eximirá da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.
- 15.3. Identificada qualquer situação que possa ser caracterizada como infração por parte do OPERADOR, a CONCESSIONÁRIA deverá lavrar auto de infração.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 15.3.1. O auto de infração deverá: (i) identificar com precisão a tipificação da infração cometida pelo OPERADOR; (ii) apontar a penalidade aplicável ao OPERADOR; e (iii) ser entregue ao OPERADOR, mediante notificação encaminhada com protocolo de recebimento.
- 15.3.2. No prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação referida na Cláusula 15.3.1, o OPERADOR poderá apresentar defesa, o qual será: (i) recebido pela CONCESSIONÁRIA, com efeito suspensivo; e (ii) decidido de forma motivada e fundamentada pela CONCESSIONÁRIA, apontando-se os elementos acatados ou não da defesa prévia apresentada pelo OPERADOR.
- 15.3.3. Mantido o auto de infração, o OPERADOR será notificado para realizar o seu pagamento junto com a fatura imediatamente subsequente do PREÇO DE FORNECIMENTO.
- 15.3.4. O não pagamento de qualquer multa fixada nos termos do disposto nesta Cláusula, no prazo estabelecido, implicará a incidência de correção monetária, pela variação do IPCA, ou índice que venha a substituí-lo, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês pro rata die, sem prejuízo de outras consequências previstas neste CONTRATO.
- 15.4.** A intimação dos atos e decisões a que se referem as cláusulas acima será feita mediante comunicação escrita às PARTES.
- 15.5.** Poderão ser apuradas em um mesmo processo duas ou mais infrações similares ou decorrentes de um mesmo fato gerador, sendo aplicáveis, neste caso, penalidades individualizadas, para cada uma das infrações, ou uma única penalidade, quando se tratar de infrações continuadas.
- 15.6.** As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão à SP ÁGUAS.
- 15.7.** Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Cláusula, o OPERADOR deverá ressarcir a CONCESSIONÁRIA por todos os prejuízos decorrentes da aplicação de penalidades impostas pela SP ÁGUAS.
- 15.7.1. A aplicação, pela SP ÁGUAS, das penalidades de intervenção administrativa ou de embargo definitivo à CONCESSIONÁRIA, nos termos da Portaria nº 4.905, de 09 de setembro de 2019 ou de norma que venha a substituí-la, produzirá efeitos no presente CONTRATO DE FORNECIMENTO.

16. DO FORO

- 16.1.** É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO, o foro da Comarca São Paulo, Estado de São Paulo excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17. INTEVENIÊNCIA-ANUÊNCIA

- 17.1.** A SP ÁGUAS, na qualidade de interveniente-anuente declara, neste ato, ter pleno e integral conhecimento quanto ao conteúdo que diz respeito à regulação e à fiscalização do presente instrumento, com relação aos quais declaram não ter qualquer ressalva ou reserva, manifestando sua anuência.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 17.2.** O ESTADO, na qualidade de interveniente-anuente declara, neste ato, ter pleno e integral conhecimento do conteúdo do presente instrumento, com relação aos quais declara não ter qualquer ressalva ou reserva, manifestando sua anuência.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1.** Aplicam-se a este CONTRATO, subsidiariamente, todas as disposições contidas no CONTRATO DE CONCESSÃO, do qual é anexo.

E, por estarem de acordo, as PARTES e INTERVENIENTES assinam o presente CONTRATO em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

[local], [●] de [●] de [●]

[Assinaturas]

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

APÊNDICE I – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES

O [USUÁRIO/OPERADOR] deverá pagar, mensalmente, o valor equivalente ao VOLUME MENSAL DEMANDADO, independentemente do volume efetivamente consumido, indicado abaixo:

TABELA 1 – ESTRUTURA DE COBRANÇA DO PREÇO DE FORNECIMENTO

Volume	Preço (R\$/m³)
100% (cem por cento) do VOLUME MENSAL DEMANDADO	[●]

O PREÇO DE FORNECIMENTO devido pelo OPERADOR DE SANEAMENTO poderá sofrer redução conforme o atingimento dos índices de perdas físicas de água previstas na Portaria MCID nº 788, de 1º de agosto de 2024, pelo OPERADOR DE SANEAMENTO, durante a realização das atividades que compõem o serviço públicos de abastecimento de água potável, da forma abaixo:

TABELA 2 – REDUÇÃO DO PREÇO DE FORNECIMENTO

IN049 (%)	IN051 (litros/ligação/dia)	Impacto no Preço de Fornecimento
[●]	[●]	[●]
[●]	[●]	[●]
[●]	[●]	[●]

A CONCESSIONÁRIA cobrará do [USUÁRIO/OPERADOR], junto à fatura mensal, os valores abaixo em caso de prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES :

TABELA 3 – SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Volume	Preço (R\$/m³)
Instalação de macromedidor	[●]
Manutenção de macromedidor violado ou danificado	[●]

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

Substituição de macromedidor violado ou danificado	[●]
Substituição de macromedidor por desgaste normal	[●]